

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 185

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

|                                |                              |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> .....  | <i>Durval Amaral</i>         |
| <i>Líder da Oposição</i> ..... | <i>Waldyr Pugliesi</i>       |
| <i>PTB</i> .....               | <i>Carlos Simões</i>         |
| <i>PFL</i> .....               | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> .....              | <i>Sérgio Spada</i>          |
| <i>PMDB</i> .....              | <i>Nereu Moura</i>           |
| <i>PPB</i> .....               | <i>Tony Garcia</i>           |
| <i>PT</i> .....                | <i>Hermes Fonseca</i>        |
| <i>PDT</i> .....               | <i>Luiz Carlos Zuk</i>       |
| <i>PSL</i> .....               | <i>Luiz Carlos Martins</i>   |
| <i>PL</i> .....                | <i>Pastor Edson Praczyk</i>  |
| <i>PPS</i> .....               | <i>Cezar Silvestri</i>       |

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 049ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
04 DE DEZEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghel- lere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Her- mes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Trai- ano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos traba- lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 4165**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e votação do Pro- jeto de Lei nº 489/99, item 03 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

**REQUERIMENTO Nº 4166**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solici- tando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 489/99. **Aprovado.**

O SR. RICARDO MAIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Quero anunciar em meu nome, bem como do deputado Divanir Braz Palma, a honrosa presença do pre- feito de Paçandu, Jonas Eraldo de Lima, bem como do prefeito, que também está aqui presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado, vamos votar o item nº 3, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, para o Sr. Wilson de Matos Silva.

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga Título de Cida- dão Benemérito do Paraná ao professor Wilson de Matos Silva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 123/99, de 22/09/99**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 489/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 489/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a outorgar o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao professor Wilson de Matos Silva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Solicito ao 1º Secretário, deputado Valdir Rossoni, a chamada nominal dos senhores parlamentares para votação.

O SR. RICARDO MAIA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Esse projeto de lei está desde o ano de 99, nesta Casa de Leis. Trata-se de um professor da cidade de Maringá, professor que é sócio-proprietário da Cesumar, que é uma faculdade da cidade de Maringá, a qual hoje tem aproximadamente 4500 alunos.

Mas, mesmo sendo uma instituição privada, ele tem toda sua carreira dedicada ao ensino público do Estado do Paraná.

O que nos traz a fazer esse projeto de lei, senhores deputados, é que, mesmo sendo uma universidade privada, na cidade de Maringá, onde gera inúmeros empregos, tornou Maringá como grande centro educacional. É o grande trabalho que a Faculdade faz no tocante à área social, senhores deputados.

Para os senhores terem uma idéia, todos os alunos têm o direito ao desconto de 20% até 50% na mensalidade e esses mesmos acadêmicos se dedicam todos os domingos, a prestar o apoio social na área onde eles estudam.

Um exemplo, senhores deputados. Os que cursam enfermagem, dedicam um período, durante o mês, na área de enfermagem na cidade de Maringá, bem como em todos os municípios em volta; aqueles que cursam Processamento de Dados, lançaram um grande projeto que é o "Despertar para o Futuro", que até o Governo do Estado hoje tem feito. Mas os alunos que cursam informática ou processamento de dados, ensinam aqueles carentes que não sabem nada também na área de informática.

Assim, em todos os cursos, na área de Direito, com atendimento gratuito àqueles que necessitam, que não têm condição de pagar um advogado.

Enfim, toda a Instituição é voltada para a área social, com esse trabalho que é realizado, que é reconhecido na cidade de Maringá, bem como em toda a região.

Por isso que peço apoio aos senhores deputados.  
Muito obrigado!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nobres pares.

Eu gostaria também de fazer coro às palavras do nobre deputado Ricardo Maia, que teve a feliz iniciativa de apresentar, para apreciação desta Casa, o nome do senhor Wilson de Matos para receber o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná. Eu tenho certeza que este nome vai, cada vez mais, dignificar esse Título que é dado a pessoas eminentes, que prestam serviços relevantes à sociedade paranaense.

O senhor Wilson de Matos realmente é uma pessoa que dedica a sua vida ao ensino e hoje é um empresário bem-sucedido no ramo do Magistério e com a Cesumar ele se firmou como empresário da Educação, ampliando os cursos, chegando ao ponto de, no próximo ano, a Cesumar passar a ser uma Universidade Estadual e com detalhe, fazendo do Ensino não atividade empresarial, mas uma atividade de sacerdócio, procurando dar apoio àqueles alunos menos favorecidos, bolsas de estudos, descontos nos cursos, enfim, integrando-se à sociedade e fazendo um trabalho regional importante, angariando para Maringá jovens que vão lá buscar conhecimento tratando a Cesumar com muita lisura, muita competência, muita modernidade. E aliás, este deputado, aqui, que hoje exige, briga, denuncia que nós temos uma Universidade como a UEM sendo sucateada por um mau gerenciamento, nós sempre fazemos uma comparação com a Cesumar.

A Cesumar hoje tem para cada funcionário, vinte alunos. E a UEM, para cada funcionário, três alunos. Em média, um aluno custa no Cesumar em torno de quinhentos reais, e na UEM custa mais de um mil reais. Então, vejam os senhores a importância que se deve dar ao ensino particular, quando é feito com competência, com eficiência como faz o Wilson de Matos, que hoje, além de administrar essa que vai ser uma grande Universidade, integra na sociedade participando de atividades filantrópicas e por isso merece o nosso voto e peço também igualmente ao Ricardo Maia que nos acompanhe e dê esse Título de Cidadão Benemérito ao senhor Wilson de Matos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

Solicito ao deputado Valdir Rossoni, 1º Secretário da Casa, a chamada dos senhores parlamentares para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito os deputados Ademir Bier e Antônio Belinati, para o escrutínio dos votos.

Quarenta e nove votantes: 46 favoráveis (sim); 02 contrários (não); e um em branco.

**Está aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar política de procedimentos preventivos em relação a obras de arte na construção civil e cria a vigilância das obras de arte na construção civil. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA COPTC. EMENDA DA CCJ.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 059/2000

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, autoriza o Poder Executivo a implantar política de procedimentos preventivos em relação a obras de arte na Construção Civil.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e contrário da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Em plenário recebeu cinco emendas.

A única emenda que possui justificativa é a de nº 1, apresentada pelo deputado Durval Amaral, líder do governo, que compatibiliza o texto ao caráter autorizatório da matéria.

O objeto da emenda nº 2 já está contido na emenda nº 1. Conseqüentemente, aprovando-se a emenda nº 1, perde o projeto a emenda nº 2.

A emenda nº 4 altera a redação do artigo 2º do projeto de lei. Aprovando-se a emenda nº 1, também a emenda nº 4 perderá o objeto.

As emendas nºs 3 e 5 também estão em condições de apreciação.

Sob o aspecto da constitucionalidade, opinamos favoravelmente às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 059/2000.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Algaci Tulio, Moysés Leônidas, Ademar Traiano, Marcos Isfer e Orlando Pessuti.

Ainda sobre o referido projeto, Emendas de Plenário de nºs 06, 07 e 08, de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06, AO PROJETO DE LEI Nº 059/2000

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

Acrescente-se ao artigo 9º do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, o parágrafo 4º, com a seguinte redação:

“§ 4º - O trabalho que será desenvolvido pela Vigilância das Obras de Arte Especial não será remunerado, ficando proibido qualquer pagamento às Universidades, empresas de pesquisa tecnológica e projetos, especialistas de renome, associações de profissionais e CREA-PR, a título de remuneração por serviços prestados previstos nesta lei”.

Sala das Sessões, em 04.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Modifique-se em todo o Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa o termo “obras de arte na construção civil” por “obras de arte especial”.

Sala das Sessões, em 04.12.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin e Orlando Pessuti.

**Encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Mallet o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 133/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que autoriza o Governo do Estado a transformar a extensão da Unioeste em Santa Helena, num campus da Universidade. PARECER CON-

TRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CECE.  
**Rejeitado. (Publ. no DA nº 039/2001, de 17.04.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 133/2001

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Sérgio Spada, que “autoriza o Governo do Estado a transformar a extensão da Unioeste em Santa Helena, num campus universitário”. (sic)

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso parecer é Contrário a este projeto de lei, pelo seguintes fundamentos:

Parece-me de manifesta inconstitucionalidade o veículo, que tem forma de lei “delegada”, face de seus três artigos regularem apenas o modo de transferência do poder de legislar.

O eminente constitucionalista, professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, sobre o direito anterior esclarece, Delegação. A Constituição conserva o princípio de indelegabilidade das atribuições conferidas a cada poder. Torna, porém, relativa essa proibição que era absoluta no texto de 1946 (artigo 36, parágrafo 2º). Realmente, como está claro no disposto em exame, a Constituição admite exceções ao princípio da indelegabilidade, mas apenas as exceções que ela própria prevê. A principal destas é a possibilidade do poder de legislar, autorizada no artigo 52.

Outra, a possibilidade de delegação de atribuição confiadas ao presidente da República, nos termos do parágrafo único do artigo 81.

A permissão, ainda que excepcional, de delegação, rompe com a fórmula da “separação de poderes”. Constitui entorse a esta. De fato, a delegação quebra o equilíbrio entre os poderes e, confundindo num mesmo órgão das funções, mormente a de legislar e a de executar as leis, gera o perigo de arbítrio, disse Montesquieu: “Quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistrados, o Poder Legislativo é reunido ao Poder Executivo, não há liberdade; porque se pode temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado faça as leis tirânicas para executá-las tiranicamente”. Claro, a objeção não se aplica às delegações *internas corporis*, sendo o direito atual ainda mais rígido na indelegabilidade”. *in*, comentários à Constituição Brasileira, 6ª Edição, editora Saraiva, 1986, p.65)

De rigor a delegação é sempre forma de reduzir funções pertinentes ao Poder Legislativo, razão pela qual apenas o constituinte federal pode exercer tal poder redutor, como, de resto o fez ao prever as medidas provisórias e leis delegadas.

Ives Gandra da Silva Martins nos ensina que “em dois momentos, o constituinte outorga delegação de competência legislativa ao presidente da República: para editar medidas provisórias e para produzir leis delegadas. Aquele é um veículo excepcional, que se tornou corri-

queiro por força da tradição autoritária do Poder Executivo, em um país que viveu mais períodos de exceção que democráticos, ou da omissão do Congresso, cujos parlamentares até hoje não assumiram, nos já passados 100 anos de República, o relevante papel que deveriam desempenhar numa democracia, mesmo que presidencialista.

O outro veículo é a lei delegada. Esta tem seu sentido. Objetiva dar celeridade à ação do Executivo, mas com plena autorização do Legislativo, que confere ao presidente o direito de legislar por tempo certo e sobre matéria definida. Sua validade é incontestável até a revogação e imodificável pelo princípio da irretroatividade” (*in*, Comentários à Constituição do Brasil, 4º volume, tomo I, Saraiva, 1995, p.519-520).

Sempre que um poder, por força de determinação de lei maior, receba atribuições pertinentes a outros, a democracia torna-se mais frágil, motivo que levou a doutrina, a interpretar que o poder de legislar delegado constitucionalmente deve ser interpretado nos estritos limites da delegação, não se admitindo que tais limites - excluídos da União - sejam transferidos a Estados e Municípios, risco e violação da independência e da harmonia entre os poderes.

Ora, o próprio enunciado do projeto de lei em apreço esclarece ser uma delegação legislativa. Declara que a lei “autoriza” o Governo do Estado a transformar a extensão da Unioeste em Santa Helena, num campus da universidade.

O certo, todavia, é que tal delegação normativa, que transfere do Legislativo para o Executivo o poder de normar, é flagrantemente inconstitucional nos termos aqui apresentada.

Aliás, Pinto Ferreira ensina que “o princípio da indelegabilidade das funções orgânicas do Estado repousa em determinados fundamentos, especialmente na doutrina de separação de poderes.

A indelegabilidade acentua e destaca o reforço da repartição funcional da soberania, a distinção de poderes conforme o discurso do Barão de La Brede, Montesquieu: “Tudo seria perdido se o mesmo homem, ou o mesmo corpo dos príncipes, ou dos nobres ou do povo, exercesse estes três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e aquele de julgar os crimes de dissídios dos particulares”.

Na Constituição de 1981, no artigo 15: “São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si”. A indelegabilidade não era expressamente determinada, mas refletia-se nos referidos textos constitucionais” (*in*, Comentários à Constituição Brasileira, 3º volume, editora Saraiva, 1992, p.353/354).

Apenas por este aspecto já se poderia inquinizar todo o projeto de lei de densamente inconstitucional.

Mas não é só por isso.

O projeto apresenta vício de origem, ou seja, a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de

natureza administrativa a órgão da administração pública (direta ou indireta) é exclusiva do governador, como estatui o artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta constituição, são de iniciativa privada do governador as leis que dispõem sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições da Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

E, nem se diga que trata-se de projeto autorizatório.

No caso em tela, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional.

A forma autorizada de que se reveste o artigo 1º do projeto de lei em apreço, tem o efeito de superar a sua inadmissibilidade por impropriedade de iniciativa.

Não sei onde encontrar fundamento legal para sua apresentação, pois, mesmo aprovado, não cria uma obrigação para o Poder Executivo. É mera redundância autorizar o que já está autorizado pela Constituição.

Apenas *ad argumentandum*, numa hipótese de aprovação deste projeto, qual a sanção que sofreria o Executivo pelo seu não cumprimento? Nenhuma!

Deste entendimento também comunga o autor do projeto de lei em tela, como se vê do parecer exarado na condição de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei 2.084 de 1989 (cópia em anexo).

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 133/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 133/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem por objetivo autorizar o Governo do Estado a transformar a extensão da Unioeste em Santa Helena, num campus universitário.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se contrariamente ao presente projeto, nos aspectos de inconstitucionalidade, e técnica legislativa.

Esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se pelo acolhimento da medida proposta, de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente  
CHICO NOROESTE - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder

Executivo a isentar pessoas idosas do pagamento de taxas para a confecção da segunda via de documentos roubados ou furtados e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2001, de 19/06/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 273/2001 E 255/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei sob o nº 273/2001, de autoria do nobre deputado Moysés Leônidas, objetiva isentar pessoas idosas do pagamento de taxas para a confecção da segunda via de documentos, roubados ou furtados.

Observou esta comissão a existência de idêntico projeto, de autoria do nobre deputado Divanir Braz Palma, em trâmite nesta Casa sob nº 255/2001, em vista do que, opina sejam os mesmos anexados.

Outrossim, como se pode observar pela análise procedida pela coordenadoria de Assessoramento Legislativo, ambos os projetos estão conformes com a Carta Magna Federal, encontram-se, portanto, em condições de serem apreciados pelo duto Plenário.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 255/2001 E 273/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Moysés Leônidas, objetiva autorizar o Poder Executivo a isentar pessoas idosas do pagamento de taxas para a confecção da segunda via de documentos roubados ou furtados e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que a proposta é nobre, visto que beneficiará as pessoas vitimadas, pois, além da agressão sofrida, necessitam pagar as taxas para a confecção da Carteira de Identidade.

A isenção da taxa para expedição da 2ª via do documento, será uma contribuição do Estado, na incessante busca da dignidade e do bem-estar dos idosos.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável aos Projetos de Lei nº 255 e 273 de 2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
LUIZ ACCORSI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 4166, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu gostaria de votar favorável ao item 04.

**O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)**

Senhor presidente, V. Exa. não reparou, mas eu estava em pé, na hora.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Estão registrados: favoráveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287/99, 074, 228/2000; 156, 454 e 478/2001.

Levanta-se a Sessão.

**Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 104/2001**

I - exonerar, a pedido, MAURÍCIO PEREIRA MARCONDES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, das Comissões Permanentes deste Poder, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, LORENI ALVES LEITE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, das Comissões Permanentes deste Poder, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, ANTÔNIO CANAN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de março de 2001;

IV - prover, MAURÍCIO PEREIRA MARCONDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nereu Moura, a partir de 1º de março de 2001;

V - exonerar, a pedido, ELZA CHRISPIM CALIXTO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2001;

VI - prover, PAULO GOMES JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - exonerar, a pedido, MARIA LINA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2001;

VIII - prover, GASSAN HANDAR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2001;

IX - exonerar, a pedido, VIVIANE OLÍVIA UEZ, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2001;

X - prover, JAIRO MOUTINHO MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de março de 2001.

(Prots. nºs 2166 e 2306)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 105/2001**

I - prover, CARLA MARIA TURECK VIANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, SÍLVIA SANTOS MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de março de 2001.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 106/2001**

I - exonerar, a pedido, AFONSO ILDO DIE-TRICH, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

II - exonerar, a pedido, LAURO DIAS VILELA, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

III - prover, LAURO DIAS VILELA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

IV - exonerar, a pedido, ELSON DE JESUS MARQUES, do cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

V - prover, ELSON DE JESUS MARQUES, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

VI - exonerar, a pedido, OSCAR LAUTHART, dos cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

VII - prover, OSCAR LAUTHART, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

VIII - prover, MIGUEL LOPES DA SILVA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

IX - prover, CARLOS ALBERTO GRELLMANN, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de março de 2001;

X - exonerar, a pedido, ROBERTO SCHIAVINI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Defesa do Consumidor, das Comissões Permanentes deste Poder, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de março de 2001;

XI - prover, ANATÁLIA FERREIRA PERES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Defesa do Consumidor, das Comissões Permanentes deste Poder, da Diretoria Legislativa, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo como artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prots. nº 2349 e 2350)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.03.2001.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 107/2001

##### R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, FRANCISCO LARA PINHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor do Bloco Parlamentar Agropecuário, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, LUCIMARA PINHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora do Bloco Parlamentar Agropecuário, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2361/2001).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 108/2001

##### R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, AUGUSTO PINTOR DOS REIS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1 do Gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, ALFREDO ARAÚJO NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Nelson Justus, a partir de 1º de março de 2001.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 109/2001

##### R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, JADIR APARECIDO DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo, 1GP-3, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

II- prover, JOSÉ GERALDO DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo, 1GP-3, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

III - prover, ODETE DE FÁTIMA PINHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

IV - exonerar a pedido, OLÍVIA APARECIDA BAPTISTELA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

V - prover, ALBERTONI LOPES DE OLIVEIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

VI - exonerar, a pedido, APPARECIDA BERNARDELLI BELTHER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

VII- exonerar a pedido, EROTILDES MATIAS DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

VIII - prover, APPARECIDA BERNARDELLI BELTHER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

IX - exonerar, a pedido, CLAUDETE BELTHER BERNARDELLI, de cargos em Comissão, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

X - prover, CLAUDETE BELTHER BERNARDELLI, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

XI- exonerar, a pedido, LENITA CALLADO AFFONSO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XII - prover, JORGE AUGUSTO CALLADO AFFONSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XIII - exonerar, a pedido, DERCY DA COSTA MASTELARI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1,



do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XIV- exonerar, a pedido, LENICE CUSTÓDIO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XV - prover, VILMA CUSTÓDIO DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XVI - prover, ELIDE CAMACHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XVII - exonerar, a pedido LUCIE BADE FISCHER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XVIII - prover, LUCIE BADE FISCHER, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XIX - exonerar, a pedido, EDWILSON DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XX - prover, EDWILSON DE OLIVEIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XXI - exonerar, a pedido, WILLIAN SADE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001;

XXII - prover, WILLIAN SADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de março de 2001.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 110/2001

I - prover, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

I - prover, CARLOS CÉSAR ZUBEK JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - prover, ELIEUTON FRANCIS MAYER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabi-

nete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - prover, ANDRÉ FRANCIS CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V- prover, NELSON PAULO DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, ISABELLA BAGGIO ANIBELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VII - prover, INÊS SLOMUSZYNSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VIII - prover, SÉRGIO LUIZ RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IX - prover, EDMILSON VITÓRIO CEZAIKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 2ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

(Prot. nº 2439/2001)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 111/2001

I - prover, ANTÔNIO BOESE PADILHA, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, ÍRIA MARIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001;

III - prover, JOZÉLIA DE LIMA RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de março de 2001;

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 112/2001

I - exonerar, a pedido, CELMA CRISTINA PALMÉRIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, MARCOS ROBERTO PALMÉRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

III - exonerar, a pedido, MARILYS ROMANÓ NICKEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

IV - prover, JOSÉ CORRÊA FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

V - exonerar, a pedido, GUSTAVO HENRIQUE CRESPO GARCIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

VI - prover, ANTÔNIO GONÇALVES CRISTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

VII - exonerar, a pedido, ELISA MARIA VOSS RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

VIII - prover, ELISA MARIA VOSS RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

IX - prover, MARILYS ROMANÓ NICKEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

X - exonerar, a pedido, ROSANA REBOLI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-2, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

XI - prover, CARLOS GOMES DA SILVA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo

2GP-2, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

XII - prover, ROSANA REBOLI, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

XIII - exonerar, a pedido, ANÍSIO TORMENA JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

XIV - prover, ANÍSIO TORMENA JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001;

XV - prover, LIANE DE ALMEIDA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Cleiton Kiélse, a partir de 1º de março de 2001.

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 114/2001

I - exonerar, a pedido, GISELE KRODEL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, MILENA SIVOLANI MIZIARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de março de 2001;

III - prover, RENATO LEONEL DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Antonio Carlos Baratter, a partir de 1º de março de 2001;

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 115/2001

I - exonerar, a pedido, RONALDO JOSIAS COQUEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, EDEDEL GUSMÃO DOS ANJOS, para exercer o cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2001;

III - prover, EVERTON VARGAS PINTO SOUZA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete do deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2058)

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 116/2001

I - exonerar, a pedido, ISMAIR EUFRASIO DE SIQUEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, GLÓRIA MARTA MATTIOLLI, para exercer o cargo em Comissão, junto à Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 2001;

III - prover, IAARA DINÁ DE SIQUEIRA, para exercer cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços extraordinários, na base de cem por cento (110%), de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

III - prover, WILLER ARIEL CHENOVICA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, junto ao gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2465)

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 117/2001

I - exonerar, a pedido, JOSYANE MARTINS CARRILHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, JOÃO CARRILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de março de 2001.

(Prot. nº 2471)

#### ATO COMISSÃO EXECUTIVA Nº 118/2001

I - exonerar, a pedido, ADRIANA APARECIDA FERREIRA FUGANTI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de março de 2001;

II - prover, ALETHEA SILVA SOUZA SPOLADOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do gabinete do deputado Tony Garcia, a partir de 1º de março de 2001.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 119/2001

I - exonerar, a pedido, MARIA DO CARMO BEIRAO BORTOLATO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 01 de março de 2001.

II - prover, JOSEMIR AVELINO MAZALOTTI DIPP, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 01 de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com

o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de 3 novembro de 1970.

III - prover, VILSON ROGÉRIO GOINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 01 de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 120/2001

I - exonerar, a pedido, GENARD DE ALBUQUERQUE BARRETO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

II - exonerar, a pedido, ROBERTO AMARO JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

III - exonerar, a pedido, ROGÉRIO RENE SCUISIATO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

IV - exonerar, a pedido, FLÁVIO MILANEZ THOMÉ, ocupante do cargo em Comissão junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

V - exonerar, a pedido, LUCIANA SITTA UÉ, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

VI - prover, JOÃO FRANCISCO VALENTE TIGRINHO, para exercer cargo em Comissão, junto ao gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

VI - prover, GILMAR ALVES DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

VII - prover, YARA PEREIRA DE MELLO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do deputado Antonio Carlos Belinati, a partir de 1º de março de 2001.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 121/2001

I - exonerar, a pedido, JACKSON EDENILKSON SERAFIM, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2001.

II - prover, DANIELE TRENTINI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de março de 2001.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 122/2001**

I - exonerar, a pedido, DIRCE MARLEI RUSCH OSTJEN, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, a partir de 1º de março de 2001.

II - prover, DIRCE MARLEI RUSCH OSTJEN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do deputado Elio Rusch, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

III - prover, JAIR DAS NEVES JÚNIOR, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Elio Lino Rusch, a partir de 1º de março de 2001.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 123/2001**

I - prover, RICARDO ADRIANO SERFAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de março de 2001, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

II - prover, SIMONE CRISTINA OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete da 1ª vice-Presidência, a partir de 1º de março de 2001, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 172, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 128/2001**

I - exonerar, a pedido, ROSALMO VARGAS, do cargo em Comissão símbolo 2GP-1, do Gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 2001.

II - exonerar, a pedido, LAURO CESAR LEVANDOSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do gabi-

nete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 2001.

III - prover, ROSALMO VARGAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de março de 2001.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.03.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

**Ata de Comissão:****COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
ALIMENTOS**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, no gabinete da 1ª vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição do presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Orlando Pessuti e Plauto Miró Guimarães para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Orlando Pessuti agradeceu a especial deferência de seus nobres pares e indicou o deputado Cesar Silvestri para o cargo de relator da CPI. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente, RICARDO MAIA, NELSON TURECK, ORLANDO PESSUTI, ADEMIR BIER, MILTINHO PUPIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELI GHELLERE, LUCIANA RAFAGNINI, CEZAR SILVESTRI, PASTOR EDSON PRACZYK, CUSTÓDIO DA SILVA.